Caro Leitor,

A equipe técnica do **Concurseiro da Saúde** empenha-se em desenvolver apostilas e materiais atualizados de acordo com as leis recentemente publicadas a fim de estar sempre em consonância com os editais dos diversos concursos realizados em todo o território brasileiro. Também tem o cuidado minucioso de compilar questões de concursos sempre com a referência da banca organizadora, o ano e o cargo referido a fim de demonstrar ao candidato quais são os assuntos e os tópicos mais frequentemente cobrados nos certames brasileiros e com a cautela redobrada na digitação e revisão dos gabaritos. No entanto, apesar de todo esse esmero, ainda assim erros eventuais podem ocorrer. Por isso, disponibilizamos o email contatoconcurseirodasaude@gmail.com para que você, leitor, possa contactar nossa equipe caso tenha dúvidas ou identifique algum erro em determinado gabarito e receba as atualizações que se fizerem necessárias.

A equipe do **Concurseiro da Saúde** está em permanente trabalho de aprimoramento e sempre disponível para tentar atendê-lo em suas necessidades, sugestões, solicitações ou dúvidas.

Que nossos materiais tenham papel relevante em seus estudos e no aprimoramento profissional e sejam parceiros nas suas aprovações nos concursos.

Apresentação

Caro Candidato,

Este material, com questões gabaritadas e comentadas, foi organizado com o objetivo de auxiliá-lo na compreensão da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

A experiência demonstra que a aprendizagem se torna facilitada quando exercitamos o assunto estudado. Além do mais, resolver questões de concursos anteriores é um ótimo meio de medir o conhecimento apreendido e de contribuir na fixação da matéria. Por este motivo, selecionamos 50 questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, de nível superior e médio, elaboradas por diversas bancas, todas comentadas, para que você possa estudar e exercitar o conteúdo. E caso ainda persistam dúvidas, os comentários aqui contidos foram cuidadosamente desenvolvidos para contribuir com um maior aprofundamento desta importante legislação. Além destas 50 questões de provas comentadas, selecionamos mais 100 questões gabaritadas para o treino e fixação da matéria.

Estudar para Concursos Públicos requer, principalmente, comprometimento e perseverança. Os hábeis nestas atitudes é que serão os aprovados.

Espero que esta apostila seja mais um instrumento na construção de sua vitória.

Muitíssimo boa sorte!

Alessandra de S. da Gama

(autora do Livro Estatuto da Criança e do Adolescente Esquematizado 5ª ed – Editora Ferreira).

50 QUESTÕES GABARITADAS E COMENTADAS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1) CEBRASPE - MPE-RO - Promotor de Justiça / Direito da Criança e do Adolescente / Princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente

A respeito do direito da criança e do adolescente, assinale a opção correta.

a) Com o advento da CF, o dever de cuidado e proteção a toda e qualquer criança e adolescente passou a ser um dever exclusivo do Estado.

b) O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente pode ser compreendido como a forma adequada de permitir que a criança e o adolescente possam se desenvolver com dignidade, concretizando, portanto, os seus direitos fundamentais.

c) Os princípios estruturantes do ECA não contemplam a municipalização.

d) O primeiro CP da República, de 1890, estendeu a responsabilização para maiores de quatorze anos de idade, deixando de utilizar o critério do discernimento.

e) Segundo a doutrina da situação irregular do menor, o menor em tal situação era aquele que sempre apresentava problemas de conduta de caráter ilícito, devendo ser, portanto, regulado por lei especial.

Comentários sobre a questão:

A lei 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, veio trazer uma *mudança de paradigma* nas questões relacionadas às crianças e adolescentes. Antes da promulgação desta importante legislação, vigorava o ***Código de Menores*** destinado somente ***àqueles em "situação irregular" ou 'inadaptados' (Doutrina da Situação Irregular), transferindo para o Estado (na figura do Juiz) a tutela do público infanto-juvenil e justificando a ação dos aparelhos repressivos***. Com o advento da Lei 8.069, crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como **pessoas em fase de desenvolvimento e sujeitos de direito,** dispondo esta legislação sobre a **proteção integral** que garante ao público infanto-juvenil *(sem exceção)* os direitos fundamentais e responsabiliza toda sociedade pela criação das condições necessárias ao cumprimento destes direitos **(ver art. 3º e 4º do Estatuto).**
De acordo com o exposto, o candidato poderia ainda ficar em dúvida entre as alternativas B e E. Porém, a Doutrina da situação irregular incluía não só o menor que apresentava conduta de caráter ilícito (como menciona a letra E), mas também os menores carentes, com famílias desestruturadas. Portanto, a letra E está incorreta, restando-nos, como resposta correta, a letra B.

Ver também comentários da questão de nº 20 (grifos da autora).

Gabarito: letra B

2) CEBRASPE – Promotor de Justiça Substituto

Com relação às disposições do ECA acerca da colocação da criança e do adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

A) A colocação da criança em família substituta, na modalidade de adoção, constitui medida excepcional, preferindo-se que ela seja criada e educada no seio saudável de sua família natural.
B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato e, uma vez deferida pelo juiz, não pode ser posteriormente revogada.
C) Somente a adoção constitui forma de colocação da criança em família substituta.
D) O guardião não pode incluir a criança que esteja sob sua guarda como beneficiária de seu sistema previdenciário visto que a guarda não confere à criança condição de dependente do guardião.

Comentários sobre a questão:

Fique atento! Família substituta é assunto muito explorado em concursos públicos! Estude com afinco os artigos desta Seção.

Para a resolução desta questão, cabem alguns comentários: De acordo com o art. 28, "***a colocação em família substituta*** *far-se-á mediante* ***guarda, tutela ou adoção****(...)"*. Desta forma, a alternativa C é incorreta. A guarda não pressupõe a destituição do poder familiar e de acordo com o art. 35 do Estatuto, ***pode ser revogada a qualquer tempo.*** Ainda sobre este instituto, de acordo com o art. 33 § 3º, a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciário. Sendo assim, a letra B e D estão incorretas. Resta-nos a letra A. Ainda que não trabalhássemos com o processo de exclusão das alternativas, se raciocinássemos em cima dos preceitos da Doutrina da Proteção Integral, poderíamos supor que a colocação de criança e adolescente em família substituta, seja qual for a modalidade, **constitui medida excepcional,** pois é mais salutar que sejam criados no seio de sua família natural.
Comentaremos mais sobre estes institutos (guarda, tutela e adoção) nas questões posteriores.
(grifos da autora).

Gabarito: letra A

3) CEBRASPE – Agente Protetivo

Um adolescente de 15 anos de idade trabalha como aprendiz com o consentimento expresso de seus pais na empresa de seu tio, no município de Patos – PB, local onde reside. A propósito dessa situação hipotética e considerando o ECA, assinale a opção correta.

A) Por estar em regime familiar de trabalho e no mesmo município onde reside, o adolescente poderá cumprir seu expediente de duas horas diárias de trabalho no período de 22 h às 24 h.
B) O adolescente poderá trabalhar em ambiente insalubre apenas mediante recebimento de adicional em seu salário.
C) Pelo trabalho que desempenha na empresa do tio, são assegurados ao adolescente os direitos trabalhistas e previdenciários.
D) O trabalho realizado pelo adolescente assegura-lhe uma bolsa de aprendizagem até ele completar 16 anos de idade.

Comentários sobre a questão:

Assertiva sobre o direito à profissionalização e à Proteção no trabalho. O adolescente aprendiz, **maior de 14 anos,** tem assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários, conforme dispõe o ***art.65*** do Estatuto.

Lembre-se também que:

Adolescente **até 14 anos de idade recebe bolsa de aprendizagem**.
Adolescente aprendiz, **maior de 14 anos recebe direitos trabalhistas e previdenciários.**

Vale ressaltar que ao menor de 16 anos é vedado qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Outras informações importantes para a resolução da questão são as mencionadas **no art. 67 da legislação**. **Este artigo veda o trabalho noturno ao adolescente, realizado entre as 22:00 de um dia e às 5h do dia seguinte; bem como o trabalho perigoso, insalubre e penoso.** Desta forma, como alternativa correta, resta-nos a letra C. (grifos da autora).

Gabarito: letra C

4) CEBRASPE – Defensor Público

Entre outras obrigações, as entidades que desenvolvem programas de internação para menores devem:

A) observar os direitos e as garantias de que são titulares as crianças.
B) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.
C) comunicar às autoridades competentes todos os casos em que foi necessária a adoção de restrições a direitos que não tenham sido restringidos na decisão de internação de adolescentes.

D) reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo mínimo de um ano, dando ciência dos resultados ao CONANDA.
E) assegurar as medidas profiláticas e contraceptivas necessárias à visitação íntima.

Comentários sobre a questão:

Esta questão se refere às **Entidades de Atendimento** que, de acordo com o ***art. 90*** do Estatuto, são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, bem como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes. Sobre as entidades que desenvolvem **programas de internação**, devemos consultar ***o art. 94*** do Estatuto. Vejamos as alternativas:

A **letra A** está incorreta, pois a medida socioeducativa de internação só pode ser aplicada aos adolescentes **e não às crianças** (***art. 94, inciso I***).

Lembre-se:

Medidas Socioeducativas aplicadas somente aos adolescentes. (e também medidas **protetivas,** se necessário).

Medidas Protetivas aplicadas **às crianças**. *(**Às crianças não se aplicam medidas socioeducativas**, mas aos adolescentes, as medidas protetivas também podem ser aplicadas.)*

A **letra B** é a correta, de acordo com o ***art. 94, inciso VII***.

A **letra C** está incorreta, pois não cabe às entidades de internação limitar direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação. (***art. 94, inciso II***)

A **letra D** apresenta dois erros: a reavaliação deve ocorrer com **intervalo máximo de seis meses** e a ciência dos resultados deve ser dada **à autoridade competente** (***art. 94, inciso XIV***).

A **letra D** está incorreta, pois não consta como obrigação das entidades de internação a visitação íntima. (grifos da autora).

Gabarito: letra B

5) VUNESP – Fundação Casa - Psicólogo

Assinale a alternativa correta.
(A) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
(B) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, exceto aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

(C) É assegurado à gestante, por meio do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal, sendo que a parturiente será obrigatoriamente atendida pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
(D) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas ao Conselho Tutelar.
(E) O direito à liberdade de crianças e adolescentes abrange o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

Comentários sobre a questão:

Esta questão dispõe sobre alguns **dos direitos fundamentais** relacionados às crianças e adolescentes. Vejamos as alternativas separadamente:

A letra A está incorreta, pois o órgão que deve ser comunicado, nos casos de violação dos direitos das crianças e adolescentes, é o **Conselho Tutelar** ***(art. 13);***

A ***letra B está incorreta***, pois as mães, ainda que submetidas à medida privativa de liberdade, **têm direito** de amamentar sua prole ***(art. 9);***

A letra C se equivoca ao dispor que a parturiente será obrigatoriamente atendida pelo mesmo médico. A lei não menciona obrigação, mas sim preferência ***(art. 2).***

E por fim, ***a letra D*** informa que as mães que desejam entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas ao Conselho Tutelar. **De acordo com o acréscimo da Lei 12.010, art. 13, parágrafo único,** o órgão responsável por dialogar com as mães que manifestarem este interesse é a **Justiça da Infância e Juventude**. Sendo assim, resta-nos a letra E, que menciona exatamente o que dispõe o ***art. 16, item I***. (grifos da autora).

Gabarito: letra E